

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO, MEMÓRIA E IDEOLOGIA:
RELAÇÕES E CONTRADIÇÕES**

**PRODUCTION OF SPACE, MEMORY AND IDEOLOGY:
RELATIONSHIPS AND CONTRADICTIONS**

**PRODUCCIÓN DEL ESPACIO, MEMORIA E IDEOLOGÍA:
RELACIONES Y CONTRADICIONES**

Ione dos Santos Rocha Cabral¹
ionesrocha@yahoo.com.br

José Rubens Mascarenhas de Almeida²
joserubensmascarenhas@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo propõe-se a analisar o espaço como produção social com base na teoria lefebvriana, destacando as contradições e a dinâmica que é própria à produção do espaço geográfico numa perspectiva crítica e dialética. Trata-se de parte da discussão das questões teóricas da tese de doutoramento intitulada: Entre “esquinas esquisitas” e “nuanças de paredes”: reprodução do espaço e memória na cidade de Vitória da Conquista – BA (2000 – 2016) com a persecução das relações entre memória e espaço com base nas práticas dos sujeitos sociais referidos por Harvey (1980) enfatizando as classes sociais e verificando a forma como estes se tornam constituintes de memória e como a utilizam como forma de legitimação e dominação social. O estudo observou a importância de pensar o espaço como produção humana fundamentada principalmente em Lefebvre (2006) para com isso identificar o papel da memória na práxis social e na prática espacial não apenas como narrativa do passado, mas como mediação da realidade presente e como forma de apropriação da história pelos sujeitos sociais.

Palavras-chave: Produção do espaço, Memória, Ideologia.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da UESB, Bolsista FAPESB. Profa. de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Ideologia e Luta de Classes – GEILC.

² Pós-doutor em História (UNAM). Doutor em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor do Programa de Pós-graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da UESB. Professor do Departamento de História da UESB. Líder do Grupo de Pesquisa em Ideologia e Luta de Classes – GEILC.

ABSTRACT: This article proposes to analyze space as a social production based on Lefebvrian theory, highlighting the contradictions and the dynamics that is proper to the production of geographical space in a critical and dialectical perspective. This is part of the discussion of the theoretical questions of the doctoral thesis titled: Between “strange corners” and “nuances of walls” :reproduction of space and memory in the city of Vitoria da Conquista - BA (2000- 2016) with the persecution of relations between memory and space based on the practices of social subjects referred to by Harvey (1980), emphasizing social classes and verifying how they become constituents of memory and how they use it as a form of legitimation and social domination. The study observed the importance of thinking space as human production based mainly on Lefebvre's (2006) theory to identify the role of memory in social praxis and spatial practice not only as a narrative of the past, but as mediation of the present and as a form of appropriation of history by social subjects.

Keywords: Space production. Memory. Ideology.

RESUMEN: Este artículo se propone analizar el espacio como producción social con base en la teoría lefebvriana, destacando las contradicciones y la dinámica que es propia a la producción del espacio geográfico desde una perspectiva crítica y dialéctica. Se trata de parte de la discusión de las cuestiones teóricas de la tesis de doctorado titulada: Entre “esquinas extrañas” y “matices de paredes”:reproducción del espacio y memoria en la ciudad de Vitória da Conquista - BA(2000 - 2016), con la persecución de las relaciones entre memoria y espacio con base en las prácticas de los sujetos sociales referidos por Harvey (1980), enfatizando las clases sociales y verificando la forma como éstos se vuelven constituyentes de memoria y cómo la utilizan como forma de legitimación y dominación social. El estudio observó la importancia de pensar el espacio como producción humana fundamentada principalmente en la teoría de Lefebvre (2006) para con ello identificar el papel de la memoria en la praxis social y en la práctica espacial no sólo como narrativa del pasado, sino como mediación de la realidad presente y como forma de apropiación de la historia por los sujetos sociales.

Palabras clave: Producción del espacio. Memoria. Ideología.

INTRODUÇÃO

Na elaboração da tese de doutoramento intitulada Entre “esquinas esquisitas” e “nuanças de paredes”: reprodução do espaço e memória na cidade de Vitória da Conquista – BA (2000– 2016), buscou-se caracterizar alguns sujeitos desses processos abordando, entre outras questões, a memória como componente da identidade de classe.

Este artigo objetiva apresentar a busca teórica da relação entre espaço como produção social e memória como forma de apropriação da história. É necessário ressaltar ainda que a forma-conteúdo adotada como recorte para a tese citada foi o espaço urbano, que será enfatizado também neste artigo.

Em sua constituição histórica a cidade acumula os processos que engendram o desenvolvimento da sociedade, superando as antigas formas concretas, modificando (ao menos aparentemente) as relações sociais e produzindo um “novo” espaço. Na articulação com a realidade histórica, se torna espaço de especificidades, pois a cada momento em que se superam e se produzem modelos de desenvolvimento, cada sociedade em seu lugar tende a repercutir de alguma forma esse movimento: seja através de formas de reprodução, seja na forma de resistência. A primeira parte deste artigo, portanto, se debruça sobre a produção do espaço urbano.

Em primeiro lugar, o espaço é social: não se trata, então, do “chão” sobre o qual as ações se realizam. Trata-se de uma realidade material, que conjuga em si sujeitos relações e ações que se tornam espaço. Corresponde à articulação entre formas, ações humanas, história, memória, ideologia, de modo que o espaço não encontra sentido apenas em si mesmo, mas no entrelaçamento com a sociedade e suas contradições.

Fundamentalmente, o espaço é matéria e materialidade pela qual a sociedade se apresenta concretamente, não apenas o *locus* de agregação um somatório de indivíduos e sim como a dialética da diferença social em todos os aspectos. Teórica e metodologicamente encontra-se nessa questão a coerência da abordagem aqui proposta, a perspectiva dialética necessária na qual as contradições se movimentam.

É, portanto, com base na teoria da produção do espaço que se pode investigar como as contradições permanecem, se desenvolvem e tem sua essência diretamente relacionada à forma como a sociedade de classes está estruturada, questões que são discutidas na primeira parte deste artigo (produção do espaço e os sujeitos sociais envolvidos).

Mas, como e onde se encontra a memória na produção do espaço? No presente artigo o entendimento é que a memória consiste também numa forma de apropriação da história. Está presente no espaço não apenas como lembrança ou lugar de evocação do passado como também nas formas concretas e distintas de apropriação da terra, nas relações sociais, nas contradições visíveis nos contrastes da paisagem urbana e nos conflitos sociais. No entanto, torna-se se imprescindível considerar que, embora a cidade seja uma totalidade local, está inserida em uma totalidade maior de escalas espaciais e conjunturais.

Na cidade se engendra um processo amplo e complexo de reprodução do espaço, com o qual a memória social pode contribuir e demonstrar como sujeitos sociais distintos

se apropriam da história em contextos específicos. Tais questões são expostas na terceira parte deste texto.

A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO

Neste artigo, parte-se da concepção de espaço como produção social, cujos sujeitos e contextos se articulam e se contrapõem simultaneamente, corroborando a dialética proposta por Kosik (1976, p. 24) quando afirmou que a realidade deve ser “concebida como um todo indivisível de entidades e significados”. Para Milton Santos (1996) são os nexos entre a realidade política, econômica e sociocultural que permitirão entender o espaço de maneira mais completa, através da ideia de processo, pressupondo um movimento de produção e reprodução.

Na perspectiva da totalidade concreta, de acordo com Kosik (1976), é a práxis objetiva que responde de forma imediata à essa articulação com o todo. Por esse motivo é que aqui se apresenta o espaço enquanto produção social: ele consiste em uma das formas de unidade das “práxis objetiva” e da apropriação prático-espiritual do mundo (KOSIK 1976, p. 26). Para o autor, tal práxis consiste na necessidade e atividade real e cotidiana de realização da vida pelo trabalho e pelas relações sociais. Estas vão proporcionar a apropriação “prático-espiritual” do mundo, cuja essência consiste no mesmo conteúdo das relações: a forma como a relação com mundo material se transforma ou produz o pensamento sobre o mundo. Pode-se compreender que o espaço, como parte essencial da realização da vida, é práxis objetiva e produção social.

No entanto, os desdobramentos desses processos nem sempre estão postos com clareza. Investigar os fundamentos das contradições visíveis é imprescindível para avançar além da paisagem, da ideia de espaço como base física das relações sociais e da memória para além das referências do passado ou de sua definição como um simples conjunto de lembranças.

Lefebvre (2006, p. 133) ao desenvolver a teoria sobre a produção do espaço, chama atenção para o risco de “inventariar” seguindo a tendência dominante e meramente técnica ou de se constituir um discurso que “jamais chega ao conhecimento” (2006, p. 25), quando não se atenta para os processos sociais que são também espaciais. Nesta mesma direção, ao destacar o caráter político dessa discussão, Lefebvre, afirma que

Se em alguma parte existe uma lógica, e mesmo uma lógica concreta (por exemplo, a de uma estratégia) também é preciso descobri-la, especificá-la no que difere dessa ou daquela lógica concreta (...) Porque é possível que o espaço desempenhe um papel ou uma função decisiva no estabelecimento de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema, precisamente quando não se pode deduzi-lo desses sistema, dessa lógica, dessa totalidade. É preciso, ao contrário, mostrar sua função nessa perspectiva (LEFEBVRE 2008, p. 38 - 39).

Com base no texto supracitado, a concepção que aqui se adota é a de que a cidade – espaço urbano - é uma forma de produção cujas estratégias de apropriação se multiplicam: das formas antigas da arquitetura urbana ao adensamento mais recente das áreas pela sobreposição de edifícios e vias que primam pelos fluxos de pessoas, serviços e mercadorias.

A produção do espaço consiste no movimento constante de transformação da paisagem, mas não se encerra no campo imagético, ao contrário, se aprofunda como concretização das relações sociais para as quais não se apresenta apenas como uma base física, mas um ente envolvido nas relações sociais. A teoria de Lefebvre (2006), é embalada pela dinâmica social e por isso histórica, é movimento repleto de intencionalidades, contradições.

A concepção da totalidade mencionada por Lefebvre (2008, p.38 - 39) da qual o espaço é parte fundamental, certifica-se que a busca de o articular à memória também está relacionada à crítica da produção capitalista. Aqui o enfoque será dado nas práticas sociais que se expressam na valorização desigual das áreas e na ideologia do desenvolvimento que sujeita o espaço e a sociedade, a cidade e a memória às determinações capitalistas.

Para Lefebvre (2006, p.36), um primeiro fundamento da produção do espaço é a prática espacial. Nesse sentido é imprescindível considerar o sistema vigente para entender tais práticas e suas formas de espacialização. Segundo este teórico, a associação entre prática social e prática espacial buscam uma “coesão”, assim as formas e os conteúdos espaciais estão diretamente relacionados à forma como a sociedade se estrutura e se reproduz.

Conforme Henri Lefebvre (2006, p. 18),

[...] a prática espacial consiste numa projeção “no terreno” de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social, separando-os, e isso sem abandonar por um instante o controle global, a saber o assujeitamento da sociedade inteira à prática política, ao poder de Estado.

Essa projeção das práticas sociais sobre o terreno concretiza o movimento da totalidade sistêmica que se estende da escala do local à do global, em práticas que são reprodutivas. O conjunto das relações e contradições socioespaciais configura uma práxis, como resultado de interesses da classe dominante que produzem a estrutura de classes sociais, bem como a concretização e reprodução desses conflitos.

Uma segunda perspectiva da teoria lefebvriana é a da representação, que diz respeito às formas pelas quais espaço é exposto, objetiva e subjetivamente. A representação, nessa análise não consiste na cartografia pura, em pautar as características visíveis ou na simples retórica.

Para compreender a representação do espaço e sua produção é necessário investigar os significados atribuídos às condições e formas concretas, a maneira com que se produzem significados para a realidade. Lefebvre indica que essas representações estão “ligadas às relações de produção, à ‘ordem’ que elas impõem e, desse modo, ligadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações ‘frontais’” (LEFEBVRE, 2006, p. 36).

À prática espacial e à representação se somam os espaços de representação, compondo um tripé de sustentação da teoria. Estes últimos estão relacionados à esfera do vivido, embora as vivências sociais cotidianas não se encerrem nos pequenos grupos, na individualidade e tampouco no isolamento do fenômeno sociocultural.

Segundo Lefebvre (2006, p. 36) os espaços de representação são carregados de conteúdo social que se manifesta de forma marginal, “ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social”. Na cidade, por exemplo, os processos de segregação socioespacial, dão origem a espaços que são identitários. Embora possam abarcar características únicas dos lugares, não são um produto cultural isolado como mera particularidade; são produtos sociais, de sociabilidade (mesmo que precários), simultaneamente, resistência e formas de reprodução social.

Nessa lógica estão associados memória e propriedade não apenas como lembrança e objeto, mas como relação entre o concebido e o vivido ao mesmo tempo abstrata e concretamente. A compreensão dessa relação dialética entre concreto e abstrato, na articulação da realidade e do pensamento, é uma das principais características do pensamento lefebvriano. Os espaços de representação estão preenchidos do conteúdo de classe e traduzem as relações e contradições da sociedade capitalista.

Para Moreira (2008) “a formação espacial é o todo estrutural do espaço produzido”. A cidade é o *locus* da concentração de atividades, estruturas e relações que sustentam privilegiadamente o capitalismo como “modo espacial de produção” (MOREIRA, 2008, p. 67). E tendo esse entendimento o autor prossegue: “(...) o espaço é essencialmente um ente social (...) não é suporte, substrato ou receptáculo das ações humanas. E não se confunde com a base física. O espaço geográfico é produzido” (MOREIRA, 2008 p. 64). Para entender a cidade com suas transformações e permanências é imprescindível, admiti-la como prática social, como produto relacional, conjunto de contradições.

Enquanto prática e produto, ao espaço urbano é atribuída a função cuja importância passa por forte pressão da dinâmica produtiva capitalista. Através dos distintos sujeitos sociais reprodutivos da intencionalidade capitalista, a cidade é simultaneamente fragmentada e articulada. Neste sentido, Castells (1983) corrobora com a proposição Lefebvriana quando afirma que “onde o modo de produção capitalista é dominante, o sistema econômico é o sistema dominante da estrutura social e, por conseguinte, o elemento produção está na base da organização do espaço” (CASTELLS, 1983, p. 203.).

Retomando a teoria de Lefebvre, a produção do espaço é tridimensional: ela consiste na prática espacial (percebida), na representação do espaço (concebido) e nos espaços de representação (vividos). Essa tríade é simultânea e demonstrativa de um movimento dialético no qual memória/história e ideologia estão presentes no pensamento e na prática social.

Entretanto, se as estratégias capitalistas encontram sua base material no espaço, nele pode-se verificar os mecanismos de produção e reprodução do capital. Articulam-se nessa conjuntura as esferas produtivas e ideológicas (reprodutivas) que orientam as transformações da cidade, como consequência, sua morfologia. Acerca disso, Lefebvre (2008) considera que “(...) toda sociedade produz ‘seu’ espaço, ou, caso se prefira, toda sociedade produz ‘um’ espaço. (...) O que significa a palavra produzir? Significa [construir] ‘coisas’, objetos, mercadorias (...)” (LEFEBVRE, 2008, p. 55).

Os princípios do capitalismo transpõem para o local a lógica global num movimento que Lefebvre (2006) chama de articulação entre “a ordem próxima e a ordem distante”. A questão da produção do espaço reduz-se para a necessidade humana de sobrevivência na cidade ao mesmo tempo em que, na perspectiva capitalista, é ampliada para as condições de estabelecimento e manutenção do sistema. No âmbito da economia

política, a produção é reconhecida como a primeira etapa do processo econômico (que se segue da distribuição e do consumo).

De acordo com o pensamento Lefebvrino, o espaço tem sentido relacional. É físico, meio, mas é também é produto e produtor da dinâmica social. Dessa forma essa categoria é essencial na compreensão do desenvolvimento histórico da sociedade, pois é nele que as relações se expressam, que as contradições se materializam. Acerca de tais relações, Lefebvre (2008) aponta que:

O espaço teria sua lógica? O espaço ora depende de uma lógica preexistente, superior e absoluta, quase teológica, ora ele é a própria lógica, o sistema da coerência, ora, enfim, ele permite a coerência autorizando a lógica da ação (praxiologia ou estratégia). Reencontram-se aqui as diversas teses sobre o espaço, tomado ora como modelo, ora como instrumento, ora como mediação. É uma modalidade da produção numa sociedade determinada, no seio da qual contradições e conflitos se manifestam. Existem, portanto, contradições do espaço dissimuladas ou mascaradas (LEFEBVRE, 2008, p. 54).

É nessa dinâmica que afirma a produção e a reprodução do espaço: sua produção consiste, por exemplo, na continuidade do processo de urbanização, no crescimento e na intensificação dos fluxos e fixos característicos da cidade e a reprodução consiste na realização de mecanismos espaciais de aprimoramento do processo, o acirramento das contradições. Porém, é necessário identificar e investigar os sujeitos envolvidos nesses embates, pois eles são frações da sociedade que se apropriam da memória de modos específicos, empreendem o capitalismo, o movem ou confrontam e se reproduzem enquanto classes sociais.

SOBRE A MEMÓRIA

É comum o entendimento da memória como uma faculdade mental e individual com o atributo de lembrar e esquecer fatos, mas, sobretudo do armazenamento de informações em alguma região do cérebro humano. De fato, talvez por infelicidade da terminologia adotada, da prática pedagógica, ou devido a uma filiação específica do método científico, ter memória ou capacidade de memorizar foi amplamente entendido no sentido de acumular informações que respondam pontualmente a uma questão sem muita complexidade. Cientificamente, algumas proposições desde a filosofia clássica se aproximam daquilo que se pode entender por memória na atualidade, como mediação do homem e da sociedade com o mundo.

O conjunto de relações entre sociedade e espaço é também permeado pela memória e consolida a ideia de movimento que, é imprescindível à realização das realizações sociais. Sobre a relação entre a memória e o espaço, com ênfase nas cidades como recorte empírico, corrobora-se com o entendimento de Abreu (1998):

A memória das cidades está sendo produzida a cada dia. Por isso, temos também que estar atentos ao presente, e preocuparmo-nos sempre em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade (ABREU, 1998 p. 95).

Trata-se de uma expressão da sociedade e, ao mesmo tempo, um objeto social que expressa a forma como as classes sociais se relacionam com o passado e com o presente no quadro do modo de produção capitalista. O aprimoramento técnico intensificou a produção notadamente com a urbanização afirmando a relação íntima e profunda entre espaço e tempo e ao mesmo tempo carecendo de olhares mais críticos sobre a memória nesse processo.

Na sociologia da memória de Maurice Halbwachs (2004) o teórico utiliza do conceito de memória-hábito ao privilegiar a memória que se situa e deve ser compreendida no âmbito dos “quadros sociais” (2003), numa mediação própria dos grupos com a realidade. Ampliando a proposta de Bergson (1999) acerca da memória-hábito (uma espécie de função cognitiva assentada na acomodação de imagens habituais e reprodução dos costumes), Halbwachs (2004) constrói sua teoria buscando articular aquilo que chama de “dado imediato da consciência social” (a memória individual) até chegar à “memória coletiva” mediados pelos “quadros/contextos sociais da memória”.

É salutar lembrar que a memória não repousa inerte no passado: no debate aqui apresentado, ela é entendida como a forma como a sociedade se apropria da história, sendo importantes as diversas formas de apropriação embora nem todas sejam legitimadas pela história oficial.

Medeiros (2005) afirma que o campo da memória não é unívoco. De fato, há que se pensar na memória enquanto conceito e na multiplicidade de memórias quanto aos contextos, formas de concretização e manifestação. É possível afirmar, portanto e sem dúvidas, que se há uma estrutura de classes sociais na sociedade capitalista, há efetivamente memórias de classe definindo identidades, o caráter da atuação dos sujeitos sociais.

Entretanto, a memória da classe trabalhadora não é legitimada pela história oficial, basta reconhecer as formas e localidades destinadas às essas massas no espaço das cidades.

Não é a classe trabalhadora que aparece nas narrativas sobre a história das cidades, e sim a dos desbravadores, empreendedores e “benfeitores”. Por tal fato, as localizações marginais e precárias designadas para a ocupação das massas pobres não são obra do acaso, ou meras consequências do crescimento populacional.

Disto decorre a crença em uma forte relação entre o papel de cada sujeito e a memória conformada acerca da sua atuação na cidade. É quando a memória coletiva – constituída dentro dos grupos e esses em suas classes sociais – estabelece relação com a ideologia e se implanta um discurso dominante sobre a história e sobre o espaço, tal como quando se define a urbanização como consequência da industrialização, ou quando se reproduz a história da cidade como obra das famílias tradicionais sem se reportar às ocupações originais e à população em geral.

Halbwachs afirma que, no âmbito da individualidade, a memória se relaciona com o espaço enquanto referencial. Para ele: “(...) as imagens habituais do mundo exterior são partes inseparáveis do nosso eu” (HALBWACHS, 2003 p. 157). Isto porque o primeiro quadro social apontado por este teórico é a família. Entretanto, o autor admite a influência dos grupos na relação entre espaço e memória e, para ele, é perceptível uma ideia de organização, quando afirma que os grupos “moldam” o espaço à sua maneira e nele se circunscrevem. Tal proposição, entretanto, aqui é submetida à crítica, tendo em vista a perspectiva da produção do espaço que assevera que este é simultaneamente produto e produtor de relações e contradições sociais.

Bosi (1993, p. 282), para sua análise acerca da memória da classe trabalhadora na cidade de São Paulo diante do processo de metropolização, afirma que “a memória é uma atividade sobre o tempo vivido permeado pelo individual e pela cultura”. Pode-se, portanto, entender que a memória se situa, ao mesmo tempo, no plano individual e no coletivo, sendo que, na atualidade, o quadro social experimentado, em face do modo de produção capitalista, subjugou a liberdade individual e a relação com o espaço e o tempo:

É verdade, porém, que nossos ritmos temporais foram subjugados pela sociedade industrial, que dobrou a tempo seu ritmo, “racionalizando” as horas de vida. É o tempo da mercadoria na consciência humana, esmagando o tempo da amizade, o familiar, o religioso... A memória os reconquista na medida em que é um trabalho sobre o tempo, abarcando também esses tempos marginais e perdidos na vertigem mercantil (BOSI, 1993 p. 281).

A atividade da memória sobre o tempo, conforme aponta a autora, admite uma ligação com as relações sociais para além daquilo que fica “perdido” na aceleração

contemporânea. Esse processo traz uma ideia de movimento, cujos elementos da memória podem ser retomados como forma de resistência social. Entretanto, problematizando-se talvez as proposições da autora e mesmo utilizando seus pressupostos sobre a pesquisa em memória social, se o tempo foi submetido ao jogo das relações capitalistas e se a memória está, como a própria autora afirma, na estrutura do comportamento como relação entre a consciência e o mundo (BOSI, 1993, p. 280), sob as determinações do modo de produção, ela pode ser ideologizada.

De outra forma, a memória pode revelar-se como forma de resistência diante da uma historicidade convencionada, revolvendo fatos e realidades rejeitados pela história oficial, constituindo a consciência de classe. Não foi em vão que Ricoeur (1979) apontou que a memória se situa entre a lembrança e o esquecimento. Para este teórico essas propriedades não se restringem ao campo das funções psíquicas individuais: há segundo ele, um processo social de apagamento de rastros e manipulação do esquecimento, e consequentemente, uma determinação da lembrança.

A seleção dos fatos lembrados e esquecidos não se realiza no âmbito da liberdade individual, considerando que a maior parte das experiências significativas humanas não se realiza no plano da intimidade ou apenas na imaginação, mas em relação com os grupos sociais e estes com quadros/contextos maiores. A existência daquilo que é digno de lembrança e aquilo que é passível esquecimento, situa a memória em um contexto de fragilidade diante dos tipos de evocação e da institucionalização da memória de grupos pela história oficial. A ideologia pode penetrar o campo memorial, produzindo e reproduzindo os conteúdos dessa manifestação do pensamento da classe dominante.

Retomando Halbwachs (2004), a memória coletiva ganha maior destaque na sua obra pois se realiza na interação social dos indivíduos na formação de um grupo e deste com outros grupos: de um quadro/contexto menor com um quadro/contexto maior. A ideia de memória coletiva é, a um só tempo, uma convicção de sua teoria sobre a memória e um problema de pesquisa, no sentido de apresentar um caráter de complexidade e dialética. Segundo esse teórico:

(...) cada grupo social se empenha em manter semelhante persuasão em seus membros. Quantas pessoas tem espírito crítico para discernir no que pensam a participação dos outros, e para confessar para si mesmas que o mais das vezes nada acrescentaram de seu? (HALBWACHS, 2003 p. 65)

De fato, se a memória coletiva responde por parte do pensamento dos grupos, a maneira como se conforma e se dissemina como persuasão, se aproxima muito mais da manipulação do pensamento pelo grupo que da tradução do pensamento efetivo e das relações internas e externas ao grupo.

Santos (1998, p. 03) ressalta que a contribuição de Halbwachs “abriu diversos caminhos que nos possibilitam pensar, hoje, a convivência e simultaneidade entre experiências associadas a períodos históricos distintos”, e destaca que os limites presentes na chamada memória coletiva têm o papel de auxiliar o entendimento de diversos processos histórico-sociais de forma crítica:

Sem desqualificar o poder analítico da razão, acredito que são os limites impostos a ela que representam o diferencial importante para sua compreensão. É a percepção destes limites no processo de construção de novas identidades coletivas que nos torna capazes de considerá-las não-essencialistas e eticamente responsáveis por legados de opressão e esquecimento, que podem estar ausentes tanto do discurso deixado por gerações passadas, quanto de movimentos sociais atuantes no presente (SANTOS, 1998, p. 03).

O discernimento entre a liberdade individual e a predominância do que se pretende como memória coletiva corresponde respectivamente a existência ainda que oculta, omitida ou “subterrânea” de outras memórias. Tais evocações correspondem a um mesmo passado e sobre a realidade presente podem ser entendidas como formas de resistência e pela interpelação do pensamento dominante. É nessa última possibilidade que a intervenção ideológica na constituição da memória coletiva se apresenta como ampla possibilidade.

Ao discutir a relação entre memória individual e coletiva, Halbwachs fez a seguinte afirmação:

“à medida que cedemos sem resistência a uma sugestão externa, acreditamos pensar e sentir livremente. É assim que em geral a maioria das influências sociais a que obedecemos permanece despercebida por nós (HALBWACHS, 2003, p. 65).

As influências sociais referidas na citação correspondem aos quadros sociais da memória, às relações e experiências que se estabelecem entre os grupos. Essa condição se aproxima da produção de ideologias a partir do capitalismo: a produção de pensamentos dominantes por uma classe dominante, a própria fundamentação da ideologia em termos marxistas.

A legitimação da história e seu mérito como contribuição à ciência em detrimento da(s) memória(s), devido ao silenciamento das massas e o apagamento dos rastros da

memória, expõe a narrativa e os registros da trajetória social no espaço à manipulação de interesses. Nota-se, com isso, que aquilo que se comprova como verdade/ciência e história oficial pode estar atendendo conveniências de classes sociais que buscam, por esses discursos, reproduzir suas relações.

Nesse sentido, Mészáros (2004) afirma que nem mesmo a ciência, mascarada pelo discurso da neutralidade, escapa da legitimação de interesses sociais. Segundo o teórico:

[...] o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma posição alternativa bem fundada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos (MESZÁROS, 2004, p. 58).

Nesta provocação, Meszáros prossegue afirmando que no modo de produção capitalista, nem mesmo um dicionário de sinônimos permanece imparcial. A ideologia conforma um sistema de pensamento que determina valores do ponto de vista ético, através de um discurso estruturado sob determinações pretensamente racionais estabelecidas. Tal estratégia limita o questionamento e a identificação dos pressupostos e valores ocultos e implícitos nas “verdades” postas como tais.

Retomando o objetivo central deste artigo, encontra-se a memória como sendo também uma possibilidade de apropriação da história pautada na identidade de classe dos grupos, estando presente nas relações sociais não somente como lembrança do passado, mas como parte constitutiva de uma estrutura de dominação social.

OS SUJEITOS SOCIAIS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Quando se propõe que o espaço deve ser entendido para além da condição de receptáculo das ações humanas, frequentemente incorre-se em outro equívoco: o de pensá-lo como resultado, consequência. Para Milton Santos (1996, p. 11), existem planos de fundo complexos que embasam a produção do espaço: “O nível da urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população, são a realidade a ser analisada à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais [...]”.

É necessário entender as inter-relações entre os sujeitos e os possíveis conflitos de interesses daí resultantes como condicionantes do processo de reprodução urbana em constante transformação, cujos resultados e implicações são também transformados. Daí a

ideia de produto, derivado da produção que é o movimento constante que caracteriza a sociedade capitalista.

Os sujeitos se constituem no bojo das classes sociais e de seus conflitos e contradições e são, portanto, portadores, narradores e constituintes da memória social. Harvey (1980, p. 139) em sua crítica a produção capitalista do espaço urbano a partir da teoria microeconômica do uso do solo identifica os sujeitos como a seguir: usuários da moradia; corretores de imóveis; proprietários; incorporadores; instituições financeiras; instituições governamentais. Pode-se, no entanto, notar que os sujeitos envolvidos na produção mencionados por Harvey correspondem à três grandes categorias: as classes sociais (usuários da moradia, proprietários), o capital (corretores, incorporadores, proprietários, instituições financeiras) e o Estado (instituições governamentais).

Segundo Harvey (1980) os usuários da moradia por exemplo, independente da classe social ou da condição de proprietários ou não exercitam uma relação entre valor de uso e de troca dos imóveis, porém os proprietários privilegiam o valor de troca. Com isso se percebe o uso da casa como necessidade objetiva, porém com valores distintos entre aqueles que a tem como habitação e os que a tem como propriedade que pode ser comercializada (venda ou aluguel).

Para esse mesmo autor, corretores, incorporadores, proprietários, instituições financeiras e instituições governamentais operam no mercado de moradia com vistas ao valor de troca dos imóveis tidos como mercadoria. Nessa perspectiva, Lefebvre (2008, p. 57) afirma que o espaço é transformado sob uma lógica que somente tem sentido num contexto de reprodução ampliada do capital: “(...) ele parece lógico e é absurdamente recortado”. Aqui se encontram a práxis social – a fragmentação da matéria, a mercadoria – e a prática espacial – a produção do espaço urbano que articula classes sociais, capital e o Estado capitalista.

De acordo com Harvey (1980, p. 139) os sujeitos coexistem no mesmo espaço material, porém divergem quanto a seus interesses, de modo que, segundo o autor “[...] o sistema de uso do solo urbano raramente se aproxima de algo como uma postura de equilíbrio”. As formas de ação são diferenciadas por agentes num “sistema coordenado” que remete ao “conteúdo de classe” identificado por Lefebvre (2008), e que aqui tem função importante, sobretudo na relação com a memória.

Como exemplo de como os proprietários capitalistas atuam na determinação da produção do espaço, pode-se citar a incorporação gradativa de terras rurais à cidade, com a rápida expansão do tecido urbano em várias direções através da estratégia de loteamentos. Esta prática marca a história da cidade de Vitória da Conquista - BA recorte espacial da pesquisa que deu origem à este artigo, entre as décadas de 1970 e 1990.

Desses proprietários anteriormente rurais, tornados, por suas próprias estratégias, empreendedores urbanos, a relação entre a memória e a propriedade da terra é distintiva de suas narrativas sobre a história da cidade. A propriedade de grandes áreas rurais que se tornaram urbanas pela iniciativa associada ao Estado na forma do poder público municipal, é o que fundamenta o discurso dos proprietários fundiários na constituição da história da cidade, marcada pela memória de classe. A ação pioneira dos loteamentos, a mobilidade do capital na forma da propriedade da terra, a forma como puderam definir vetores de crescimento urbano e áreas de desenvolvimento específico definidas como “áreas nobres” os afirma enquanto fração dominante, portadora de um discurso sobre o espaço e, portanto, de identidade e memória de classe. Eles constituem uma memória coletiva, pertinente ao grupo específico e, portanto, ideológica.

Para Almeida e Cruz (2013) no contexto da burguesia, “(...) essa construção ideológica é estruturada a partir de interpretações da realidade concreta feitas pelos sujeitos através do conjunto de sistemas determinados de ideias que os envolve” (ALMEIDA; CRUZ, 2013 p. 527).

Em oposição a tais práticas encontra-se a massa pobre, para qual se destinam áreas distantes, precárias e isoladas como habitação. Os conjuntos habitacionais recentes, frutos do Programa Minha Casa, Minha Vida e dos Programas Municipais de Habitação Popular que são destinados à faixa de 0 a 1 salário mínimo, continuam a reproduzir essa lógica de produção urbana, disfarçada pelo discurso da “organização” do espaço.

Embora a circunscrição em si não responda às questões que a geografia urbana demanda, a geometria de marginalidade praticada nesse ordenamento reproduz uma antiga lógica de periferização no Brasil e leva ao questionamento das alocações dos conjuntos populares e do significado efetivo dessas localizações. O afastamento das populações pobres e trabalhadoras, ao mesmo tempo em que fortalece a dependência do centro ou das centralidades existentes, segrega as classes e define os espaços de sociabilidade/identidade.

A ação do Estado com esse modelo de política pública para a habitação atende também aos interesses dominantes, no que tange ao estabelecimento da “ordem” e da “paz social”. Entretanto, esses conjuntos representam mais do que o acesso à moradia: há efetivamente o comprometimento dessas massas como o pagamento dos imóveis, a negligência de suas demandas sociais e materiais pelo isolamento da localização dos conjuntos, a continuidade da negação ao direito à cidade pelo distanciamento dos principais equipamentos urbanos e, por fim, o silenciamento da memória dessas massas, formadas pela classe trabalhadora que produziu a riqueza e as formas materiais privilegiadas do espaço urbano. Segundo Rolnik (2015, p. 342) se trata de uma associação “patriarcal” do Estado com o capital privado, um modelo de poder político capturado por interesses privados.

Portanto, não se pode negar que a memória de classe legitimada inclusive pelo Estado, afirma o papel da propriedade privada e do proprietário fundiário no controle e na produção do espaço urbano. Evidencia-se, então, a relação constante entre a estrutura social, a economia e a política na produção do espaço da qual não escapa a memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço é social e como tal, é imprescindível à realização do modo de produção, da ideologia e da memória. Nele não se dão apenas a fabricação e circulação de objetos, mas se configura como produto da ação humana circunscrita nos valores da sociedade capitalista. É nesse conjunto de valores e concepções que pode se situar a memória. Não a memória reduzida a uma faculdade psíquica, ou o simples ato de lembrar: trata-se da composição daquilo que se lembra enquanto verdade a ser devidamente rememorada, predominando sobre os “inconvenientes” a serem esquecidos como determinação social.

Essa experiência mais total coloca, para além do significado e do conceito de memória, a questão do sentido da memória enquanto experiência e trajetória social. Halbwachs (2004), por sua vez, rompe com a concepção platônica de que a memória se realiza apenas no plano da afecção individual, e questiona a concepção aristotélica que situa a memória no passado, apontando para a relação com os quadros sociais e a produção da memória coletiva. A ideia de hábito permanece, no sentido de que, para Halbwachs (2003), a memória coletiva reproduz os valores de uma sociedade.

Toda essa discussão teórica aponta para o fato de que a propriedade da memória não é o armazenamento ingênuo, puro, estático e imutável de informações: trata-se, portanto, da propriedade de pensar experiências, do processo de fundamentar o entendimento do presente. A experiência com o mundo e com a sociedade também aparece como memória e esta como produção de verdade mediada pela experiência social.

A partir das contribuições teóricas de Kosik (1996) e Lefebvre (2006) compreende-se que há uma articulação entre a práxis objetiva – a necessidade da produção para a realização e manutenção da vida social – e a prática espacial – a maneira como se produz o espaço com base na estrutura social. Essa conjunção produz formas de pensar o mundo e as relações a partir das condições das classes sociais. Conclui-se, com isto, que o espaço é ao mesmo tempo a unidade e contradição das práticas sociais.

Fundamentada na tridimensionalidade da produção do espaço exposta por Lefebvre (2006), percebido, concebido e vivido se desdobram materialmente em produção, representação espacial e espaços de representação, reforçando o entendimento de que a forma como se apreende as relações sociais se desdobra em práticas concretas. Desta forma, na investigação dos fundamentos da produção espacial na sociedade capitalista, é possível abordar a memória com base nas contradições do próprio sistema. Embora não discuta a perspectiva da luta de classes, Halbwachs (2003; 2004) contribui para a análise da memória para além das afecções individuais no campo da imaginação a partir da sociologia da memória. Com base nela pode-se ampliar a discussão para os quadros/grupos sociais e, na crítica, expor a questão das classes sociais através das ações dos sujeitos nas engrenagens do sistema capitalista.

Verifica-se ainda, com base na contribuição teórica de Moreira (2008) que o espaço como ente social é a materialização da história das relações entre os sujeitos sociais. Isso se confirma com base na teoria microeconômica do uso do solo, na qual Harvey (1980) destacou capital, Estado e usuários da moradia como sujeitos de interesses distintos e contraditórios na produção do espaço. Pode-se afirmar que a identidade de classes dos sujeitos, passa pela constituição de memórias distintas e que a memória de classe é também uma forma de apropriação da história.

Confirma-se, portanto, que a memória tem vozes distintas como na afirmação de Medeiros (2005). Essa multiplicidade de expressões passa por uma seleção social que determina quais delas podem ser legitimadas como verdade histórica, ou silenciadas devido

ao seu potencial de exposição das contradições da realidade como no caso da segregação da classe trabalhadora nas cidades.

Quanto à ideologia, pode se afirmar que esta tem em sua natureza o objetivo de determinar a compreensão da realidade pela constituição de um discurso dominante, sobretudo no caso da memória de classe. Isso se confirma com a discussão de Meszàros (2004) sobre a ausência de neutralidade no pensamento e nos discursos no contexto do capitalismo. Em conformidade com a contribuição teórica de Rolnik (2015) há uma captura do poder político por parte do capital com o objetivo de que o Estado assegure as condições materiais e ideológicas para a realização dos interesses privados.

Atentando para esta possibilidade de apropriação ideológica, as contribuições de Santos (1998) e Bosi (1993) reforçam a convicção de que a memória da classe trabalhadora passa pelo processo de silenciamento diante dos processos de segregação e apropriação privada do espaço, como também transformações nos hábitos da sociedade impostas pelo capital. Portanto, se reforça a complexidade da questão da memória e sua condição de mediadora das relações entre indivíduo e coletividade, passado, presente e futuro, pensamento e realidade.

AGRADECIMENTOS:

À FAPESB, ao PPGMLS, IFBA e UESB pela trajetória de incentivo, trabalho e aprendizado que possibilitaram a elaboração deste artigo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de A. **Sobre a memória das cidades**. Porto: Revista da Faculdade de Letras – Geografia I Série, vol. XIV, 1998, p. 77- 97.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. Trad. Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (291 p).

BOSI, Ecléa. **A pesquisa em memória social**. São Paulo: Revista de Psicologia da USP, Volume 4, 1993, p. 277- 284.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003. 189 p.

- HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Traducción de Manuel A. Baeza y Michel Mujica. Caracas: Anthropos Editorial, 2004. 431 p.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. 153 p.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço** (tradução de Ana Maria Simões, Doralice Barros Pereira, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins) Belo Horizonte: UFMG, 2006. 476 p.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 190 p.
- MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. **Memória compartilhada e História: entre alienação e ideologia**. Tese doutorado – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Vitória da Conquista: UESB, 2015. 135 p.
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004. 568 p.
- RICOUER, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas (SP): EdUnicamp, 1979. 536 p.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015. 424 p.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 1996. 176 p.
- SANTOS, Myrian S. **Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 13 N.º 38, 1998, p. 1 -16.

Submetido em: Julho de 2019

Aceito em: Setembro de 2019